

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco MUFG Brasil S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018. Como parte de uma estratégia para unificar as marcas das unidades operacionais da Holding Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG), o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A mudou sua razão social para Banco MUFG Brasil S.A., em 1º de abril de 2018, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de dezembro de 2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Ativo	32.084.045	17.535.047
Circulante	30.589	28.283
Disponibilidades (Nota 4)	5.187.026	3.940.650
Aplicações em operações comprometidas	5.095.553	3.914.620
Aplicações em depósitos interfinanceiros	26.300	26.030
Aplicações em moedas estrangeiras	72.676	—
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	768.761	1.869.227
Carteira própria (Nota 6)	172.453	215.296
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 6)	29.269	—
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	41.543	47.898
Vinculados a prestação de garantias (Nota 16)	525.496	1.606.030
Relações interfinanceiras	4.584	58.138
Pagamentos e recebimento a liquidar	2	26
Créditos vinculados:		
Depósitos no Banco Central	2.323	57.259
Correspondentes	2.259	9.913
Operações de crédito (Nota 7)	461.852	494.921
Operações de crédito	472.463	499.740
Operações de crédito:		
Setor privado	10.611	(1.819)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.627.691	11.139.096
Carteira de câmbio (Nota 13a)	25.513.457	11.127.136
Fendas a receber	13.244	4.769
Negociação e intermediação de valores	72.906	5.810
Diversos (Nota 8)	29.120	2.072
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	1.036	(691)
Outros valores e bens	3.542	4.672
Despesas antecipadas	3.542	4.672
Não Circulante	3.233.577	1.940.761
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.266.043	1.503.821
Carteira própria (Nota 6)	445.115	290.154
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 6)	1.820.928	1.213.667
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	51.434	398.057
Vinculados a prestação de garantias (Nota 6)	1.678.271	809.168
Operações de crédito (Nota 7)	665.871	123.989
Operações de crédito:		
Setor privado	668.637	125.187
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.766)	(1.198)
Outros créditos	300.532	312.951
Carteira de câmbio (Nota 13a)	4.000	7.296
Diversos (Nota 8)	296.532	305.655
Outros valores e bens	1.131	—
Despesas antecipadas	1.131	—
Investimentos	62.012	63.520
Outros investimentos	196	196
Provisão para perdas	(195)	(195)
Imobilizado de uso	28.324	41.133
Imóveis de uso	34.831	34.096
Outras imobilizações de uso	(32.018)	(40.523)
Depreciações acumuladas	(39.525)	(33.486)
Ativo intangível	33.685	22.288
Ativos intangíveis	69.684	50.607
Amortização acumulada	(35.997)	(28.221)
Total do ativo	35.379.634	19.539.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Desempenho nos Negócios (Em milhares de Reais)
Em 30 de junho de 2018, o Banco MUFG Brasil S.A. apresentou lucro no semestre de R\$ 22.048, contra um lucro de R\$ 29.635 apresentado no primeiro semestre de 2017. O total de ativos atingiu R\$ 35.379.634 (2017 - R\$ 19.539.328) e o patrimônio líquido no final do semestre foi de R\$ 1.473.843 (2017 - R\$ 1.413.649).

Agência de Rating

Agência internacional Standard & Poor's atribuiu ao Banco MUFG Brasil S.A. os ratings de contraparte de longo e curto prazo "brAAA/brA-1+" na Escala Nacional Brasil.

	2018	2017
Passivo	31.859.263	17.858.390
Circulante	3.390.780	2.893.026
Depósitos	107.119	122.320
Depósitos à vista	14.123	19.247
Depósitos interfinanceiros	3.269.538	2.753.078
Depósitos de prazo	29.185	—
Obrigações por operações comprometidas	29.185	—
Carteira própria	4.480	3.101
Relações interfinanceiras	4.480	3.101
Recebimentos e pagamentos a liquidar	76.375	19.247
Relações interdependências	76.375	19.247
Recursos em trânsito de terceiros	2.108.847	2.768.296
Obrigações por empréstimos	2.108.847	2.768.296
Empréstimos no exterior	12.754	114.179
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	1.269	75.990
BNDES	11.485	9.029
Finame	272.498	220.975
Outras instituições oficiais	272.498	220.975
Obrigações por repasses do exterior	272.498	220.975
Repasses do exterior	877.596	762.642
Instrumentos financeiros derivativos	877.596	762.642
Instrumentos financeiros derivativos	25.086.748	11.076.920
Outras obrigações	663	457
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	24.908.582	10.769.638
Carteira de câmbio	1.279	1.702
Diversas (Nota 14)	118.732	94.639
Fiscais e previdenciárias	8.378	4.350
Negociação e intermediação de valores	49.114	206.136
Diversas (Nota 17)	2.045.302	266.346
Passivo não Circulante	19.945	6.460
Obrigações por operações comprometidas	91.055	6.460
Carteira própria	1.124.699	—
Carteira de terceiros	1.124.699	—
Obrigações por empréstimos	1.124.699	—
Empréstimos no exterior	58.813	23.595
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	970	5.387
BNDES	16.882	18.208
Finame	40.961	—
Outras instituições oficiais	234.518	292
Obrigações por repasses do exterior	234.518	292
Repasses do exterior	374.517	228.488
Instrumentos financeiros derivativos	374.517	228.488
Instrumentos financeiros derivativos	153.300	7.511
Outras obrigações	4.185	7.511
Carteira de câmbio	149.115	—
Diversas (Nota 17)	1.226	943
Resultado de exercícios futuros	1.473.843	1.413.649
Patrimônio líquido	853.071	853.071
Capital social	4.445	4.445
De domiciliados no País	848.626	848.626
De domiciliados no exterior	5.103	5.103
Reservas de lucros	624.812	561.632
Ajustes de avaliação patrimonial	(5.089)	(2.103)
Ações em tesouraria	(4.054)	(4.054)
Total do passivo e patrimônio líquido	35.379.634	19.539.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital			Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital social	Agio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Reservas de lucro Legal	Benefícios a empregados Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	853.071	4.947	156	35.282	498.393	—	—	1.384.673
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda (Nota 6)	—	—	—	—	(566)	—	—	(566)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores (Nota 18)	—	—	—	—	1.019	—	—	1.019
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	—	—	—	29.635
Destinação do lucro:								
Reserva legal	—	—	—	1.482	—	—	—	1.482
Transferência para reserva estatutária (Nota 18)	—	—	—	—	26.473	—	—	26.473
Saldos em 30 de junho de 2017	853.071	4.947	156	36.764	524.868	453	(2.556)	1.413.649
Mutações do semestre	—	—	—	1.482	26.473	—	—	28.976
Saldos em 31 de dezembro de 2017	853.071	4.947	156	39.010	565.003	336	(5.018)	1.453.451
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda (Nota 6)	—	—	—	—	(407)	—	—	(407)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores (Nota 18)	—	—	—	—	1	—	—	1
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	—	—	—	22.048
Destinação do lucro:								
Reserva legal	—	—	—	1.102	—	—	—	1.102
Dividendos	—	—	—	—	—	—	—	(1.250)
Transferência para reserva estatutária (Nota 18)	—	—	—	—	19.696	—	—	19.696
Saldos em 30 de junho de 2018	853.071	4.947	156	40.112	584.700	(71)	(4.054)	1.473.843
Mutações do semestre	—	—	—	1.102	19.697	(407)	—	20.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

O Banco MUFG Brasil S.A. ("Banco") desenvolve as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e em conformidade com as disposições contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração para divulgação em 20 de agosto de 2018.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Resumo das principais práticas contábeis: a. Apreciação de resultado: A apreciação de resultado é reconhecida para fins contábeis pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sendo simultaneamente quando sua correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. **b. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para obrigação atual e valorização de instrumentos financeiros ativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas são revistas pelo menos anualmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem de futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados. **c. Ativos e passivos, circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** As carteiras de títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: **i. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas conforme a Circular BACEN nº 3.068/01, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: I. Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independentemente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida no resultado do período. Em 30 de junho de 2018 e 2017, o Banco não possuía títulos classificados na categoria para negociação. **ii. Títulos disponíveis para venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadraram para aplicação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos. **iii. Títulos mantidos até o vencimento:** - títulos e valores mobiliários para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até o vencimento. Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão demonstrados pelo valor da aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro-rata" dia, os quais serão registrados no resultado do período, sendo registradas provisões para perdas sempre que houver perda permanente no valor de realização de tais títulos e valores mobiliários. Em 30 de junho de 2018 e 2017 o Banco não possuía títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. **e. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data da sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-lo como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular BACEN nº 3.062/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendem aos critérios de proteção são registradas pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização decorrente de tal ajuste ao valor de mercado em adequada conta de receita ou despesa. Os derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos "hedge", são classificados como: **i. "Hedge"** de risco de mercado - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são avaliados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizadas, reconhecidos no resultado do período. **ii. "Hedge"** de fluxo de caixa - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado do período. O Banco não possui operações de "Hedge" de fluxo de caixa nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017. **f. Operações de crédito, operações de câmbio e provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa e avais e fianças prestadas:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e não vencidas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras, e na política de avaliação de risco da Administração do Banco, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 7, são consideradas suficientes pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida. Conforme Nota 16, as provisões para avais e fianças, estão adequadas de acordo com os modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes avaliados pela Administração. Considera-se provável a composição de dívida, a prorrogação, a renovação e a concessão de novos empréstimos para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, conforme Resolução CMN nº 2.682/99. **f. Ativo permanente:** Investimentos - Os títulos patrimoniais são avaliados pelo custo da aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas. Imobilizado de Uso - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas são: 4% para imóveis de uso - edificações; 10% para instalações, móveis e equipamentos, sistemas de segurança e de comunicação e 20% para sistema de processamento de dados e transporte. Ativo intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment"):** É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment". Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram identificados "impairments". **h. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 (lucro semestral de R\$ 120). E a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019 sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias conforme Nota 21. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. **i. Negociação e intermediação de valores:** As negociações e intermediações de valores são demonstradas dentro das operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Balcão pendentes de liquidações dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos. **j. Provisões para contingências:** As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados, e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente. Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidações é determinada pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do

mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido na conta "Outras despesas operacionais" e a reversão é reconhecida na conta "Outras receitas operacionais". **k. Benefícios pós-emprego:** O Banco é patrocinador da Previdência Socialidade da Previdência Privada ("Previda"), um plano de benefício complementar, de benefício definido, administrado pelo Multipensões Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço e de juros. A obrigação relativa a benefícios definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando método de unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial. Os custos de serviços correntes e passados, bem como custo e receita de juros são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de "Despesas de pessoal". O plano de benefício definido foi fechado para novos ingressantes em agosto de 2013. Atualmente, o Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, de contribuição definida, administrado pelo Multipensões Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, Filtrpex Plano de Benefícios de Contribuição Definida ("Filtrpex") para aqueles que não aderiram ao Plano de benefício definido e para os seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano. **3.2 Reapresentação da demonstração dos fluxos de caixa referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017:** No semestre findo em 30 de junho de 2018, o Banco efetuou a reapresentação da demonstração dos fluxos de caixa referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018, o Banco efetuou a reapresentação da demonstração dos fluxos de caixa referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017, a fim de adequar a sua comparabilidade com a demonstração dos fluxos de caixa referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018. O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentado originalmente era de R\$ (8.689) e o valor reapresentado é de R\$ (137), demonstrando assim um ajuste de R\$ 8.552, referente basicamente ao destaque da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa em linha em separado. O ajuste mencionado não causou quaisquer impactos nos saldos patrimoniais ou no resultado referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

4 Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo intervalo entre a data da aquisição e a data de vencimento da operação é igual ou inferior a 90 dias, de convertibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor. Em 30 de junho de 2018 o caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2018	2017
No início do semestre	3.218.293	3.176.651
Disponibilidades	19.776	10.845
Aplica		



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Table with columns for 2018 and 2017, split into Ativos and Passivos (Despesas). Rows include Disponibilidades em moedas estrangeiras, Aplicações interfinanceiras de liquidez em M/E, Operações de Swap, Depósito à vista, Obrigações por empréstimos e repasses, Dividendos a pagar, Prestação de serviços, and Remuneração do pessoal-chave da Administração.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas realizada em 26 de abril de 2018 foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria e do Conselho Consultivo tendo por limite o valor máximo de R\$ 20.196 a serem distribuídos entre os Diretores e Conselheiros.

Remuneração fixa
Remuneração variável
Total Geral

O pagamento de remuneração variável aos administradores está de acordo com a Resolução CMN nº 3.921/2010, sendo então diferido no período de, no mínimo três anos, e estabelecido em função dos resultados e da atividade do administrador. A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações (2017 - 10.618), que representam 0,000243743% da totalidade. O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da administração. b. Outras informações: Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o grau; e • Acionista controlador do Banco. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas. Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativo e Fiscal.

11 Depósitos e captações

Table showing deposit and capture data for 2018 and 2017, categorized by sight and term deposits.

12 Obrigações por empréstimos e repasses
As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a captações em moeda estrangeira e são classificadas pela variação cambial acrescida de "spread".

Table showing obligations for 2018 and 2017, categorized by sight and term obligations.

13 Carteira de câmbio
a. Outros créditos - Ativo
Câmbio comprado a liquidar
Direitos sobre venda de câmbio
Adiantamento em moeda nacional recebidos
Rendas a receber de adiantamentos concedidos

Table showing exchange portfolio data for 2018 and 2017, categorized by sight and term assets.

14 Fiscais e previdenciárias
Provisão de IRPJ e CSLL
Provisão de IRPJ e CSLL diferido (Nota 21)
Impostos e contribuições sobre salários
Impostos e contribuições sobre terceiros
Outros impostos (Federais)
Outros impostos (Municipais)

Table showing fiscal and social security provisions for 2018 and 2017.

15 Ativos e passivos relacionados a contingências trabalhistas, cíveis e fiscais
As provisões para passivos contingentes e fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica "Outras Obrigações - Diversas" quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais. As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujos objetos de contendação são a sua legalidade ou constitucionalidade, que incluem elementos de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 8). As provisões trabalhistas referem-se a ações ajuizadas pelos ex-funcionários e prestadores de serviços. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando características individuais de cada ação. Não tivemos ativos contingentes a serem reconhecidos em 30 de junho de 2018 e 2017.

Table showing provisions for contingencies for 2018 and 2017, categorized by sight and term assets.

16 Provisão para garantias prestadas e outras coberturas
As provisões para garantias financeiras prestadas e outras coberturas são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica "Outras Obrigações - Diversas". Referem-se a valores relativos a garantias financeiras prestadas e créditos abertos para importação de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.512/16.

Table showing provisions for guarantees for 2018 and 2017.

17 Outras obrigações - Diversas
Provisão para contingências (Nota 15)
Provisão para garantias financeiras prestadas e outras coberturas (Nota 16)
Provisão para pagamentos a efetuar - despesas de pessoal
Provisão para pagamentos a efetuar - prestação de serviços de partes relacionadas
Provisão para pagamentos a efetuar - outros pagamentos
Passivos atuariais (Nota 23)
Credores diversos - país

Table showing other obligations for 2018 and 2017.

18 Patrimônio líquido
O capital social é representado por 4.356.234.893 (2017 - 4.356.234.893) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 13.599.844 (2017 - 13.599.844) de ações de acionistas residentes no país, 24.714.392 (2017 - 24.714.392) ações em tesouraria e 4.317.920.657 (2017 - 4.317.920.657) ações de residentes no exterior. O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, calculados sobre o total de ações em circulação, descontando o percentual de ações em tesouraria. Para este semestre foi destacado o montante de R\$ 1,250 (2017 - R\$ 1,680). Caso o acionista não efetue o resgate do dividendo no prazo de 3 anos a partir da data de distribuição, o valor é revertido para o Patrimônio líquido. Em 30 de junho de 2018 foi revertido o valor de R\$ 1 (2017 - R\$ 2). As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria. A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de capital de giro e manutenção de margem operacional conforme previsto no estatuto.

Table showing equity components for 2018 and 2017.

19 Instrumentos financeiros derivativos
O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras do Banco nos diversos mercados onde atua. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como "hedge" possuem sempre risco de crédito igual ou superior ao do instrumento financeiro coberto. O valor de mercado dos "swaps" é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas partes, descontando a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço. Negociação e intermediação de valores - operações de futuros, os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diretamente como receitas e despesas. Em 30 de junho, o ajuste diário dessas operações foi de R\$ 64.528 (2017 - R\$ 1.460). As operações de futuros são negociados e custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e as operações de "Swap" e NDF são custodiadas na Cetip S.A. - Mercados Organizados. As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e contas fiduciárias são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 1.903.066 (2017 - R\$ 2.090.914), registradas como vinculadas à prestação de garantias. Em 30 de junho, as posições em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

Table showing derivative instruments for 2018 and 2017, categorized by sight and term assets.

20 "Hedge" - "Hedge" de risco de mercado
O Banco adota a política de proteção em consonância com suas políticas de gestão de risco. Estas operações de "hedge" são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/2002, que exige avaliação periódica de efetividade de "hedge" e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de "hedge", considerando tratar-se de uma operação de "hedge" de valor justo. O Banco possui contratos de futuros utilizados como instrumento de "hedge", em estratégia de "hedge" de valor justo. Os objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda, obrigações por empréstimos no exterior e operações compromissadas. As estratégias de "hedge" visam proteger o Banco contra: Estratégia 1: Risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contratadas no exterior indexados pela moeda norte americana; e Estratégias 2 e 3: Risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada. A efetividade verificada na carteira de "hedge" encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

Table showing hedge instruments for 2018 and 2017, categorized by sight and term assets.

21 Imposto de renda e contribuição social
Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações dos semestres são demonstrados a seguir:

Table showing income tax and social contribution for 2018 and 2017.

22 Acordo da Basileia
O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, alterada pela Circular BACEN nº 3.834/17 apresentando índice de patrimônio em relação aos ativos ponderados, conforme segue:

Table showing Basel Accord data for 2018 and 2017.

23 Plano de previdência complementar
O Banco é patrocinador de um plano de benefício complementar, Plano de benefícios Previdia de benefício definido, administrado pelo Multiplanos Bradesco fundo multipatrocinado de previdência privada, entidade fechada de previdência complementar. O saldamento desse plano ocorreu no 2º semestre de 2015. Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente. Os ativos estão alocados em 100% em renda fixa. O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data-base de 31 de dezembro. Em 31 de dezembro de 2017, conforme cálculos atuariais, a Previdia apresentou obrigação atuarial a valor presente e valor justo dos ativos demonstrado abaixo:

Table showing pension plan data for 2018 and 2017.

24 Outras informações
Taxa de inflação
Taxa de desconto
Índice de reajuste de benefícios do Plano acima da inflação
O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, Fitprep plano de benefícios de contribuição definida, administrado pelo Multiplanos Bradesco fundo multipatrocinado de previdência privada, entidade fechada de previdência complementar, para seus funcionários e administradores admitidos após o fechamento do plano Previdia, sendo que o valor da contribuição no semestre findo em 30 de junho de 2018 foi de R\$ 1.409 (2017 - R\$ 1.234). As obrigações atuariais do plano Fitprep estão substancialmente cobertas pelo patrimônio do plano.

Table showing other information data for 2018 and 2017.

25 Composição de despesas de pessoal:
Despesas de honorários
Despesas de pessoal - benefícios
Despesas de pessoal - encargos sociais
Despesas de pessoal - proventos (*)
Despesas de pessoal - treinamento

Table showing personnel expenses for 2018 and 2017.

26 Composição de outras despesas operacionais:
Despesas de amortização e depreciação
Despesas de serviços do sistema financeiro
Despesas de processamento de dados
Despesas de serviços técnicos especializados
Despesas de serviços de terceiros
Despesas de comunicação
Despesas de viagens ao exterior
Despesas de serviços de vigilância e segurança
Despesas de alugueis
Despesas de manutenção e conservação de bens
Despesas de água, energia e gás
Despesas de viagens no país
Outras despesas

Table showing other operating expenses for 2018 and 2017.

27 Gerenciamento de Risco: A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos do Banco MUFUG Brasil S.A. encontra-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufug.br. Em atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, o Banco MUFUG Brasil S.A. instituiu a estrutura de gerenciamento de riscos que deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de crédito, o risco de mercado, risco operacional, o risco de liquidez, risco socioambiental, risco de gerenciamento de capital e os demais riscos relevantes para o banco. Razoão da Alavancagem (RA): Em atendimento à Circular do Banco Central do Brasil nº 3.748 de 25 de fevereiro de 2015, as informações relacionadas à metodologia para aplicação da Razão da Alavancagem (RA) encontram-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufug.br.

Table showing risk management data for 2018 and 2017.

28 Composição de outras despesas tributárias:
Despesas tributárias
COFINS
PIS
ISS

Table showing other tax expenses for 2018 and 2017.

29 Composição de outras receitas operacionais:
Atualização monetária sobre depósitos judiciais
Títulos e créditos a receber
Atualização monetária de impostos e contribuições a compensar
Reversão de provisões operacionais
Recuperação de encargos e despesas
Outras receitas

Table showing other operating income for 2018 and 2017.

30 Composição de outras despesas operacionais:
Provisão para passivos trabalhistas
Provisão para outros passivos contingentes
Provisão para riscos fiscais
Reversão de receita de preço de transferência
Outras despesas

Table showing other operating expenses for 2018 and 2017.

31 Gerenciamento de Risco: A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos do Banco MUFUG Brasil S.A. encontra-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufug.br. Em atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, o Banco MUFUG Brasil S.A. instituiu a estrutura de gerenciamento de riscos que deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de crédito, o risco de mercado, risco operacional, o risco de liquidez, risco socioambiental, risco de gerenciamento de capital e os demais riscos relevantes para o banco. Razoão da Alavancagem (RA): Em atendimento à Circular do Banco Central do Brasil nº 3.748 de 25 de fevereiro de 2015, as informações relacionadas à metodologia para aplicação da Razão da Alavancagem (RA) encontram-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufug.br.

Table showing risk management data for 2018 and 2017.

32 Composição de outras despesas tributárias:
Despesas tributárias
COFINS
PIS
ISS

Table showing other tax expenses for 2018 and 2017.

33 Composição de outras receitas operacionais:
Atualização monetária sobre depósitos judiciais
Títulos e créditos a receber
Atualização monetária de impostos e contribuições a compensar
Reversão de provisões operacionais
Recuperação de encargos e despesas
Outras receitas

Table showing other operating income for 2018 and 2017.

34 Composição de outras despesas operacionais:
Provisão para passivos trabalhistas
Provisão para outros passivos contingentes
Provisão para riscos fiscais
Reversão de receita de preço de transferência
Outras despesas

Table showing other operating expenses for 2018 and 2017.

35 Gerenciamento de Risco: A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos do Banco MUFUG Brasil S.A. encontra-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufug.br. Em atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, o Banco MUFUG Brasil S.A. instituiu a estrutura de gerenciamento de riscos que deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de crédito, o risco de mercado, risco operacional, o risco de liquidez, risco socioambiental, risco de gerenciamento de capital e os demais riscos relevantes para o banco. Razoão da Alavancagem (RA): Em atendimento à Circular do Banco Central do Brasil nº 3.748 de 25 de fevereiro de 2015, as informações relacionadas à metodologia para aplicação da Razão da Alavancagem (RA) encontram-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufug.br.

Table showing risk management data for 2018 and 2017.



Banco MUFG Brasil S.A.

A member of MUFG, a global financial group

Avenida Paulista, 1274 - Bela Vista - São Paulo - SP
CNPJ 60.498.557/0001-26

→ **continuação**

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - BANCO MUFG BRASIL S.A.

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Banco MUFG Brasil S.A., zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. No decorrer do período foram realizadas reuniões de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria

Independente e de outras áreas.

Destacamos como principais, os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do 1º semestre de 2018;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos;
- Acompanhamento da gestão de riscos e assuntos de Compliance.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Banco MUFG Brasil S.A..

São Paulo, 15 de agosto de 2018
Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco MUFG Brasil S.A.** (anteriormente denominado Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A) - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco MUFG Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das demonstrações dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco MUFG Brasil S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes a períodos anteriores: Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram examinados por outro auditor independente que emitiu relatórios de auditoria datados de 16 de agosto de 2017 e 12 de março e 2018, respectivamente, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido

de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador - CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte